

ANEXO VII



MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DO EXÉRCITO

ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº XXX/2020-EsFCEX/CMS

Termo de Cooperação Técnica que, entre si, celebram a **União**, por intermédio da **ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR** e o **BANCO DO BRASIL S/A**, visando à Operacionalização da Retenção de Provisões de Encargos Trabalhistas, Previdenciários e outros a serem pagos, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, e alterações posteriores.

A **UNIÃO, MINISTÉRIO DA DEFESA**, por meio do **COMANDO DO EXÉRCITO**, representada pela **ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR**, situado na Rua Território do Amapá, nº 455- Pituba, Salvador-BA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.339.838/0001-68, na figura de seu Ordenador de Despesas, o Sr ANDRÉ MENEZES GALVÃO, CPF/MF nº XXX.XXX.XXX-XX, designado, por delegação, para a função pelo Boletim Interno nº 61, de 31 de março de 2020, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**; e, de outro lado, o **BANCO DO BRASIL S/A**, CNPJ nº _____, Agência _____ (Agência _____), situada na _____, daqui por diante denominada **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**, neste ato, representada pela sua Gerente Geral UN, a Sr.ª **XXXXXXXXX**, portadora da Carteira de Identidade nº **XXXXXX** – SSP/XX e inscrita no CPF sob nº **XXXXXXXXXXXXX**, têm justo e acordado o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, para o estabelecimento de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços de contratos firmados pelo órgão ou entidade ora mencionado, mediante as condições previstas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª: DAS DEFINIÇÕES

1.1) Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1.1.1) CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

1.1.2) Prestador de Serviços - pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

1.1.3) Rubricas – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**.

1.1.4) Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação – cadastro em nome do Prestador dos Serviços de cada contrato firmado pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.

1.1.5) Usuário(s) – servidor(es) da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e por ela formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de autoatendimento da **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

1.1.6) Partícipes – referência ao órgão da **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** e à **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**.

CLÁUSULA 2ª: DO OBJETO

2.1) O presente instrumento tem por objeto regulamentar o estabelecimento, pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, dos critérios para abertura de contas-depósitos específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como viabilizar o acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos e extratos das contas abertas.

2.1.1) Para cada Contrato será aberta uma conta-depósito vinculada em nome do Prestador de Serviços do Contrato.

2.1.2) A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, pagos ao Prestador de Serviços dos Contratos e será denominada conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.

2.1.3) A movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação será providenciada exclusivamente à ordem da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

CLÁUSULA 3ª: DO FLUXO OPERACIONAL

3.1) O cadastramento, captação e movimentação dos recursos dar-se-ão conforme o fluxo operacional a seguir:

3.1.1) A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL firma o Contrato com o Prestador dos Serviços (CONTRATADA).

3.1.2) A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL envia à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivo em meio magnético, em modelo específico previamente acordado entre a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – em nome do Prestador de Serviços que tiver contrato firmado; ou envia Ofício à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a abertura de conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços (**Anexo I**).

3.1.3) A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe arquivo transmitido pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e abre conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador dos Serviços para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA no território nacional; ou a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe Ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e, após a entrega, pelo Prestador de Serviços, dos documentos necessários, procede à abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços.

3.1.3.1) A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL receberá Ofício da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, e deverá comunicar a empresa para comparecer a referida agência com o intuito de assinar o contrato de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação (**Anexo II**).

3.1.4) A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA envia à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL arquivo retorno em modelo específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o cadastramento da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação aberta em nome do Prestador dos Serviços, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos ou envia Ofício à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, contendo o número da conta-depósito vinculada-bloqueada para movimentação em nome do Prestador de Serviços (**Anexo III**).

3.1.5) A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA recebe o ofício da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e efetua cadastro no seu sistema eletrônico.

3.1.6) A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, mantida exclusivamente nas agências da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

3.1.7) A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL solicita à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA a movimentação dos recursos, na forma do **Anexo IV** do presente Instrumento.

3.1.8) A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA acata solicitação de movimentação financeira na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, confirmando, por meio de Ofício, nos moldes indicados no **Anexo V** deste Instrumento, caso a movimentação não tenha sido efetuada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL via meio eletrônico.

3.1.9) A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibiliza à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos e para movimentação, se for o caso, da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, após autorização expressa da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, para recebimento de chave e senhas de acesso a sistema eletrônico.

3.1.9.1) O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

a) O acesso da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL às contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação fica condicionado à expressa autorização, formalizada em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do **Anexo VI** deste Instrumento, pelos Proponentes, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

b) Os recursos depositados nas contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação – serão remunerados conforme índice de correção da poupança *pro rata die*.

c) Eventual alteração da forma de correção da poupança prevista na **alínea “b” subitem 3.1.9.1** deste instrumento implicará a revisão deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA 4ª: DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

4.1) À **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** compete:

4.1.1) Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.

4.1.2) Designar, por meio de Ofício, conforme **Anexo VII** do presente Instrumento, até, **no máximo, 04 (quatro) servidores** para os quais a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizará chaves e senhas de acesso ao autoatendimento à Administração Pública, com poderes somente para consultas aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.

4.1.3) Remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA arquivos em modelo específico, acordado entre os Partícipes, solicitando o cadastramento das contas-depósitos vinculadas –

bloqueadas para movimentação ou remeter à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA Ofício, solicitando a abertura das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.

4.1.4) Remeter Ofícios à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, solicitando a movimentação de recursos das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou movimentá-los por meio eletrônico.

4.1.5) Comunicar ao Prestador de Serviços, na forma do **Anexo VIII** do presente Instrumento, o cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação, orientando-os a comparecer à Agência da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do **Anexo VI** deste instrumento, para que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL possa ter acesso aos saldos e aos extratos da conta-depósito vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.

4.1.6) Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de autoatendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e aos extratos das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.

4.1.7) Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

4.1.8) Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

4.1.9) Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de autoatendimento da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

4.1.10) Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de autoatendimento, conforme subitem **4.1.2** desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

4.1.11) Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

4.1.12) Comunicar tempestivamente à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de autoatendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

4.1.13) Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de autoatendimento.

4.1.14) Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de autoatendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, e outras pessoas integrantes da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

CLÁUSULA 5ª: DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

5.1) À INSTITUIÇÃO FINANCEIRA compete:

5.1.1) Disponibilizar os sistemas de autoatendimento à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

5.1.2) Gerar e fornecer **até 04 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso**, para utilização na primeira conexão aos sistemas de autoatendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.

5.1.3) Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, por intermédio dos sistemas de autoatendimento ou via Ofício.

5.1.4) Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste instrumento, e ao cadastramento de contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação.

5.1.5) Gerar e encaminhar, via sistema de autoatendimento, os arquivos retorno do resultado do cadastramento das contas-depósitos vinculadas – bloqueadas para movimentação ou encaminhar Ofício, contendo o número da conta aberta em nome do Prestador dos Serviços.

5.1.6) Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.

5.1.7) Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL os procedimentos adotados, em atenção aos Ofícios recebidos.

CLÁUSULA 6ª: DOS RECURSOS FINANCEIROS E MATERIAIS

6.1) Este Termo de Cooperação Técnica não implica desembolso, a qualquer título, presente ou futuro, sendo vedada a transferência de recursos financeiros entre os Partícipes.

CLÁUSULA 7ª: DA VIGÊNCIA

7.1) O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ter sua vigência limitada a **até 60 (sessenta) meses**, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA 8ª: DA PUBLICAÇÃO

8.1) A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial da União será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.

CLÁUSULA 9ª: DAS ALTERAÇÕES

9.1) Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objeto, poderão ser aditadas, modificadas ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA 10: DA RESCISÃO

10.1) Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com **antecedência mínima de 90 (noventa) dias**, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA 11: DO FORO

11.1) Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos dessa forma serão dirimidos pelo foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará.

E por estarem justos e de acordo, os Partícipes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Salvador, BA, **XX** de **XXXXXX** de 2020.

Pela **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**:

Ordenador de Despesas EsFCEx/CMS
CPF/MF n°

Pela **INSTITUIÇÃO FINANCEIRA**:

NOME
Cargo
CPF/MF n.º

TESTEMUNHAS:

NOME

CPF/MF n°

CPF/MF n° _____._____._____-____

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO**

ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR
Ofício nº 0xx/2020

Salvador, BA, XX de XXXXXX de 2020.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Gerente Geral UN
Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)
(Endereço da Instituição Financeira)
CEP: _____ - Salvador-BA

Assunto: Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação

Sr(a). Gerente

1. Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS, firmado com essa Instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova o cadastramento de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em nome do Prestador de Serviços a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato nº XXX/2020-EsFCEX/CMS, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL:

CNPJ: _____
Razão Social: _____
Endereço: _____
Representante Legal: _____
CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

ANDRÉ MENEZES GALVÃO - Cel
Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS



Ofício nº 000/_____.

Salvador, ____ de _____ de 2020.

Senhor Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS,

Em atenção ao Ofício nº ____/____, informamos que o representante legal da empresa _____, CNPJ _____, deverá comparecer à agência para assinar o contrato da abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, destinada a receber créditos ao amparo na IN nº 5, de 25 de maio de 2017, a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato nº XXX/2020-EsFCEX/CMS.

Ratifico que, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS firmado com esta Instituição Financeira, qualquer tipo de movimentação financeira somente ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Gerente Geral ____
Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)

Ao Senhor

ANDRÉ MENEZES GALVÃO – Ordenador de Despesas

Rua Território do Amapá, nº 455- Pituba, Salvador-BA

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS



Ofício nº 000/_____.

Salvador, ____ de _____ de 2020.

Senhor Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS,

Informamos abaixo os dados para abertura de conta-depósito vinculada à empresa _____, CNPJ _____, na Agência _____, da Instituição Financeira _____, prefixo _____, destinada a receber os créditos ao amparo da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da SLTI/MP:

Agência: _____

Conveniente Subordinante: Administração Pública Federal

Cidade/Município: _____

Comunico que essa Administração Pública poderá realizar os créditos após pré-cadastramento no portal da Instituição Financeira, sítio _____.

Ratifico que a conta somente será aberta após o acolhimento do primeiro depósito e, conforme Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS, qualquer tipo de movimentação financeira ocorrerá mediante solicitação da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

Atenciosamente,

Gerente Geral _____
Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)

Ao Senhor

ANDRÉ MENEZES GALVÃO – Ordenador de Despesas

Rua Território do Amapá, nº 455- Pituba, Salvador-BA

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/EsFCEX/CMS/2020



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO**

ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Ofício nº 000/_____.

Salvador, XX de XXXXXX de 2020.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Gerente Geral UN

Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)

(Endereço da Instituição Financeira)

CEP: _____ - Salvador-BA

Assunto: Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação

Sr(a). Gerente

1. Solicito DEBITAR, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$_____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de (nome do proponente) , Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº XXX/2020-EsFCEX/CMS, firmado por esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, e CREDITAR na seguinte conta-depósito:

Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

ANDRÉ MENEZES GALVÃO - Cel
Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS



Ofício nº 000/_____.

Salvador, ____ de _____ de 2020.

Senhor Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS,

Em atenção ao seu Ofício nº_____/_____, de ____/____/20____, informo a efetivação de DÉBITO na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – de nº _____, da agência nº _____, da Instituição Financeira, e CRÉDITO na seguinte conta-depósito:

CREDITAR			
Instituição Financeira	Agência	Conta	CPF/CNPJ

Atenciosamente,

Gerente Geral ____
Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)

Ao Senhor

ANDRÉ MENEZES GALVÃO – Ordenador de Despesas

Rua Território do Amapá, nº 455- Pituba, Salvador-BA

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ da Instituição Financeira Banco do Brasil S/A
(Endereço da Instituição Financeira)

Sr(a). Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que a **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL** solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº XXX/2020-EsFCEX/CMS, firmado com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL, bem como tenha acesso irrestrito aos saldos da referida conta-depósito, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

Salvador, ____ de _____ de 2020.

ASSINATURA DO TITULAR DA CONTA-DEPÓSISTO

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO
ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR**

Ofício nº 000/_____.

Salvador, XX de XXXXXX de 2020.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)
Gerente Geral _____
Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)
(Endereço da Instituição Financeira)

Assunto: Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação

Sr(a). Gerente,

1. Solicito providenciar a geração de chaves e senhas iniciais de acesso aos aplicativos dos sistemas de autoatendimento dessa Instituição Financeira para os servidores a seguir indicados:

SEQ	CPF	NOME	DOCUMENTOS/PODERES
1			
2			
3			
4			

Atenciosamente,

ANDRÉ MENEZES GALVÃO - Cel
Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS

Anexo VIII do Termo de Cooperação Técnica nº XXX/2020-EsFCEX/CMS



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DO EXÉRCITO**

ESCOLA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO/COLÉGIO MILITAR DE SALVADOR

Ofício nº 000/_____.

Salvador, XX de XXXXXX de 2020.

A Sua Senhoria o(a) Senhor(a)

Gerente Geral _____

Banco do Brasil S/A - Agência _____ (Agência _____)

(Endereço da Instituição Financeira)

Assunto: Conta-Depósito Vinculada – Bloqueada para Movimentação

Senhor Sócio-Proprietário,

1. Informo que solicitei a abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____, da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA _____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº XXX/2020-EsFCEX/CMS, firmado entre essa empresa e esta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento deste Ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pela Instituição Financeira e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, o acesso irrestrito desta ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL aos saldos da referida conta – depósito, aos extratos e a movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-depósito.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula XXXXX do mencionado contrato.

Atenciosamente,

ANDRÉ MENEZES GALVÃO - Cel
Ordenador de Despesas da EsFCEX/CMS